

# Índice

---

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	13
--------------------	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	29
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	30
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	31
--	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Unidades)</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2013</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	166.081.529
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>166.081.529</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2013</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2012</b>
1	Ativo Total	874.432	743.028
1.01	Ativo Circulante	26.732	29.781
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	259	86
1.01.02	Aplicações Financeiras	21.185	28.731
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	21.185	28.731
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	21.185	28.731
1.01.06	Tributos a Recuperar	983	864
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	983	864
1.01.07	Despesas Antecipadas	4.305	100
1.02	Ativo Não Circulante	847.700	713.247
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	519	461
1.02.01.06	Tributos Diferidos	519	461
1.02.03	Imobilizado	837.994	703.807
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	837.994	703.807
1.02.04	Intangível	9.187	8.979
1.02.04.01	Intangíveis	9.187	8.979

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2013</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2012</b>
2	Passivo Total	874.432	743.028
2.01	Passivo Circulante	386.541	345.755
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.770	1.153
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	1.770	1.153
2.01.02	Fornecedores	22.718	11.856
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	22.718	11.856
2.01.03	Obrigações Fiscais	7.993	3.047
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	3.774	1.965
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	375	322
2.01.03.01.02	INSS	3.384	1.435
2.01.03.01.03	Outros	15	208
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	1.357	0
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.862	1.082
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	334.019	307.477
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	334.019	307.477
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	334.019	307.477
2.01.06	Provisões	20.041	22.222
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	14	0
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	14	0
2.01.06.02	Outras Provisões	20.027	22.222
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	20.027	22.222
2.02	Passivo Não Circulante	323.001	245.251
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	221.084	212.690
2.02.01.02	Debêntures	221.084	212.690
2.02.02	Outras Obrigações	86.379	19.379
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	3.379	3.379
2.02.02.02	Outros	83.000	16.000
2.02.04	Provisões	15.538	13.182
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	62	439
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	62	439
2.02.04.02	Outras Provisões	15.476	12.743
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	15.476	12.743
2.03	Patrimônio Líquido	164.890	152.022
2.03.01	Capital Social Realizado	166.081	153.081
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-1.191	-1.059

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012</b>
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-190	-149
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-190	-149
3.06	Resultado Financeiro	0	-2
3.06.02	Despesas Financeiras	0	-2
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-190	-151
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	58	0
3.08.02	Diferido	58	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-132	-151
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-132	-151
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,00100	0,00100

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	-132	-151
4.03	Resultado Abrangente do Período	-132	-151

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-4.281	-122
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-160	-122
6.01.01.01	Prejuízo do período	-132	-151
6.01.01.02	Depreciação e amortização	30	29
6.01.01.03	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-58	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-4.121	0
6.01.02.02	Adiantamentos a fornecedores	-4.121	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-97.183	-14.124
6.02.01	Aplicações em investimentos de curto prazo	-147.750	0
6.02.02	Aplicações no imobilizado	-104.756	-63.900
6.02.03	Aplicações no intangível	-5	-203
6.02.04	Resgate de investimentos de curto prazo	155.328	49.979
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	101.637	13.891
6.03.01	Integralização de capital	13.000	0
6.03.02	Adiantamento para futuro aumento de capital	67.000	15.000
6.03.03	Empréstimos tomados	50.703	-10
6.03.04	Amortização e pagamento de juros de financiamento	-29.066	-1.099
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	173	-355
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	86	541
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	259	186

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	153.081	0	0	-1.059	0	152.022
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	153.081	0	0	-1.059	0	152.022
5.04	Transações de Capital com os Sócios	13.000	0	0	0	0	13.000
5.04.01	Aumentos de Capital	13.000	0	0	0	0	13.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-132	0	-132
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-132	0	-132
5.07	Saldos Finais	166.081	0	0	-1.191	0	164.890



**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	118.081	0	0	-526	0	117.555
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	118.081	0	0	-526	0	117.555
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	15.000	0	0	0	15.000
5.04.08	Adiantamento para futuro aumento de capital	0	15.000	0	0	0	15.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-150	0	-150
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-150	0	-150
5.05.02.06	Prejuízo do período	0	0	0	-150	0	-150
5.07	Saldos Finais	118.081	15.000	0	-676	0	132.405

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012</b>
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-160	-120
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-160	-120
7.03	Valor Adicionado Bruto	-160	-120
7.04	Retenções	-30	-29
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-30	-29
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-190	-149
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-190	-149
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-190	-149
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-58	0
7.08.02.01	Federais	-58	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	0	2
7.08.03.03	Outras	0	2
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-132	-151
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-132	-151

## Comentário do Desempenho

# Relatório anual da Administração

## Aos acionistas

A Administração da Ferreira Gomes Energia S.A, em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as Informações Trimestrais – ITR's da Companhia relativos ao 1º trimestre de 2013, acompanhadas do parecer dos auditores independentes. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários.

## A Companhia

A Ferreira Gomes Energia S.A é uma Sociedade de Propósito Específico - SPE constituída pela Alupar Investimento S.A. para construir e operar a Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes ("UHE Ferreira Gomes"), cuja concessão foi obtida pela Alupar no leilão de geração de energia nova 003/2010 ("Leilão"), promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL em Julho de 2010. O Contrato de Concessão foi firmado em 09 de Novembro de 2010, com a Ferreira Gomes Energia S.A. recebendo da União a outorga do direito de explorar o empreendimento por 35 anos.

A Ferreira Gomes Energia S.A., cuja sede está localizada na cidade de São Paulo, tem como objeto social a construção, operação e exploração do potencial de energia hidráulica, localizada no rio Araguari e Ferreira Gomes, no Estado do Amapá, bem como das respectivas Instalações de Transmissão de Interesse Restrito à Central geradora.

A UHE Ferreira Gomes possuirá capacidade instalada de 252,0 MW, energia assegurada de 150,2 MW e esta sendo construída no município de Ferreira Gomes, no Estado do Amapá.

O mapa a seguir ilustra a localização do empreendimento:



## Resultados Econômico-Financeiros

## Comentário do Desempenho

A UHE Ferreira Gomes encontra-se em fase de construção, com previsão de entrada da operação comercial da 1ª unidade geradora até 30/12/2014, a 2ª unidade geradora no dia 28/02/2015 e a 3ª unidade geradora em 30/04/2015 conforme o cronograma do contrato de concessão.

Desta forma, a Companhia não apura receitas provenientes de sua atividade operacional. Os recursos da mesma provêm de aportes de capital da acionista Alupar Investimentos e de captações de recursos de terceiros em montantes significativos para a conclusão da Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes.

Em função da Companhia não apurar lucro líquido no período, e como a UHE Ferreira Gomes esta em fase de construção, não houve reinvestimento de lucros e distribuição de dividendos.

Os principais negócios sociais e fatos administrativos que ocorreram até a data de emissão do parecer da auditoria em 2013, foram:

- Aprovação do aumento de capital de R\$ 153.081.529,00 para R\$ 166.081.529,00;
- Quitação do empréstimo ponte do BNDES, Itaú BBA e da 1ª emissão de debêntures e em abril de 2013;
- A acionista Alupar investimentos adiantou a título de adiantamento para futuro aumento de capital o montante de R\$ 109.000;
- No dia 10 de abril de 2013, celebramos contrato de empréstimo junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico de R\$ 470.610 deste montante R\$ 336.000 foi liquidado em abril de 2013 o restante será recebido mediante comprovação de gastos futuros.

Dado que Ferreira Gomes Energia é uma SPE em fase de construção, não houveram investimentos em sociedades coligadas e/ou controladas.

### Capital Humano

Em consonância aos objetivos estratégicos estabelecidos, a Companhia promove o desenvolvimento profissional e a melhoria da qualidade de vida dos colaboradores através de ações e concessão de benefícios, com um relacionamento claro e transparente, e com o envolvimento dos colaboradores para que entendam seu papel no cumprimento das metas. O capital humano constitui ferramenta valiosa para o sucesso dos negócios da Companhia.

### Governança Corporativa

Estão incluídos na estrutura de governança corporativa da Companhia: (i) o Conselho de Administração; e (ii) a Diretoria Estatutária.

A Diretoria Estatutária exerce a gestão dos negócios, seguindo as estratégias e diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração, e é composta pelos Diretores: (i) Administrativo Financeiro; (ii) de Relações com Investidores; e (iii) Diretor de Implantação, todos eleitos pelo Conselho de Administração e com mandatos de três anos, sendo permitida a reeleição. O Conselho de Administração poderá destituir, a qualquer tempo, qualquer integrante da Diretoria, elegendo substituto pelo prazo restante do mandato.

O Conselho de Administração é composto de por quatro membros, eleitos na Assembleia Geral, com mandato de três anos, admitida a reeleição por igual período.

Nos termos do Estatuto Social, a Companhia poderá ter um Conselho Fiscal não permanente, o qual exercerá as atribuições impostas por lei e que somente será instalado nos exercícios sociais em que assim solicitarem os acionistas, nos casos previstos em lei. O Conselho Fiscal será composto por três membros efetivos e três suplentes, acionistas ou não, residentes no País, sendo admitida a reeleição. Nos exercícios sociais em que a instalação do Conselho Fiscal for solicitada, a Assembleia Geral elegerá seus membros e indicará um deles para o cargo de presidente do Conselho Fiscal, bem como estabelecerá a respectiva remuneração, sendo que o mandato dos membros terminará na data da primeira Assembleia Geral Ordinária realizada após sua instalação.

### Responsabilidade Sócio-ambiental

A Ferreira Gomes Energia S.A tem um comprometimento social e acredita na construção de uma sociedade mais justa e humana. Desta forma, esta engajada no desenvolvimento de projetos sociais que levam melhorias significativas às vidas dos membros da comunidade onde atua: tais como centros voltados à criação artística, incentivo cultural e desenvolvimento social.

Abaixo destacamos os principais projetos implantados:

#### **Programa de Resgate de Fauna;**

## **Comentário do Desempenho**

**Programa de Resgate de Ictiofauna e Programa de Resgate de Invertebrados Aquáticos;**  
**Programa de Monitoramento da Qualidade de Água;**  
**Programa de Monitoramento de Vetores e Controle da Malária;**  
**Programa de Prospecção e Resgate do Patrimônio Arqueológico;**  
**Programa de Indenização de Terras e Benfeitorias;**  
**Programa de Monitoramento Hidrossedimentológico;**  
**Programa de Monitoramento Meteorológico;**  
**Programa de Apoio a Projetos Esportivos e Culturais;**  
**Programa de Qualificação de Mão-de-obra e Estágio para Jovens; e**  
**Programa de Reforço a Infraestrutura Municipal.**

### **Mensagem Final**

A Administração entende que a Companhia está plenamente capacitada a manter a continuidade das atividades de implementação da Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes e está comprometida com a melhoria da produtividade, rentabilidade, e maior criação de valor para os acionistas e sociedade.

São Paulo, 15 de março de 2013

A Administração

## Notas Explicativas

### 1. Contexto operacional

A Ferreira Gomes Energia S.A. (“Ferreira Gomes” ou a “Companhia”) foi constituída no dia 10 de agosto de 2010 com o propósito específico de construir, operar e explorar o potencial de energia hidráulica do rio Araguari, no Município de Ferreira Gomes, Estado do Amapá, denominado Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes com potência mínima instalada de 252 MW, bem como das instalações de transmissão de interesse restrito a usina hidrelétrica e a comercialização ou a utilização da energia elétrica produzida.

A sede da Companhia está localizada na Avenida Doutor Cardoso de Melo nº1855, bloco I, 9º andar, sala G, Bairro Vila Olímpia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

A acionista controladora da Ferreira Gomes Energia S.A. é a Alupar Investimento S.A. (“Alupar”), com sede em São Paulo.

Pelo Contrato de Concessão de Serviço Público para Geração de Energia Elétrica nº 02/2010-MME-UHE-Ferreira Gomes de 09 de novembro de 2010, foi outorgada à Companhia pela União, por intermédio da ANEEL, a concessão de serviço de geração de energia elétrica pelo prazo de 35 anos.

A Companhia encontra-se em fase pré-operacional, e prevê a entrada da operação comercial da 1ª unidade geradora até 30/12/2014, a 2ª unidade geradora no dia 28/02/2015 e a 3ª unidade geradora em 30/04/2015 conforme o cronograma do contrato de concessão.

Até o presente momento, a Administração informa que todas as obrigações contratuais decorrentes do contrato de concessão e solicitações efetuadas pela ANEEL foram devidamente cumpridas, não tendo, portanto, conhecimento de qualquer notificação de aplicação de multa sobre descumprimento de cláusula dos contratos de concessão.

A Companhia vem despendendo quantias significativas em custos de organização, desenvolvimento e pré-operação e necessitará de recursos financeiros que serão providos por meio de aportes de capital pelos seus acionistas e de captações de recursos de terceiros em montantes significativos para a conclusão da Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes, os quais, de acordo com as estimativas e projeções, deverão ser compensados pelas receitas de operações futuras.

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da mesma oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal que proporcione a maximização da criação de valor para os acionistas. Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, financiamentos e debêntures, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.

### 2. Base de preparação e apresentação das informações trimestrais

As informações trimestrais da Companhia para o período de três meses findo em 31 de março de 2013, foram elaboradas conforme o Pronunciamento Técnico CPC – 21 (R1) Demonstrações Intermediárias e IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Todos os valores apresentados nestas informações trimestrais estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. A moeda funcional e de reporte da Companhia é o real.

A preparação das informações trimestrais requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas informações trimestrais.

## Notas Explicativas

A autorização para conclusão das informações trimestrais da Companhia foi autorizada pela Administração no dia 13 de maio de 2013.

### 3. Sumário das principais práticas contábeis

As demonstrações contábeis referentes ao exercício de findo em 31 de dezembro de 2012 foram preparadas e apresentadas pela Companhia de acordo com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidas pelo CPC, vigentes até 31 de dezembro de 2012. Exceto pela adoção dos novos CPCs vigentes a partir de 01 de janeiro de 2013, conforme descrito na nota explicativa 3.1. As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia para preparação de suas informações trimestrais – ITR do período findo em 31 de março de 2013 foram aplicadas de forma consistente com aquelas divulgadas na nota explicativa nº 3 das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, portanto, devem ser lidas conjuntamente.

### 4. Pronunciamentos novos ou revisados

#### 4.1. Pronunciamentos cuja adoção é obrigatória para 2013

Os pronunciamentos contábeis CPC 33 (R1), CPC 18 (R2), CPC 19 (R2), CPC 36 (R3), CPC 45, CPC 46, que passaram a vigorar em períodos iniciados após 01 de janeiro de 2013. Contudo, não causaram nenhum impacto nas informações trimestrais da Companhia.

#### 4.2. Pronunciamentos que ainda não estão em vigor em 2013

#### IFRS 9 – Instrumentos financeiros

Em novembro de 2009, o IASB emitiu a norma IFRS 9, a qual tem o objetivo de substituir a norma IAS 39 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração, ao longo de três fases. Esta norma representa a primeira parte da fase 1 de substituição da IAS 39 e aborda a classificação e mensuração de ativos financeiros. Em outubro de 2010, o IASB adicionou nesta norma os requerimentos para classificação e mensuração de passivos financeiros. Esta norma e a alteração posteriormente efetuada são efetivas para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2015. A Companhia está avaliando os efeitos oriundos da aplicação desta norma e eventuais diferenças em relação a IAS 39.

### 5. Caixa, equivalentes de caixa e investimento de curto prazo

	<u>Remuneração</u>	<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
<b><u>Caixa e equivalentes de caixa</u></b>			
Fundo fixo		48	48
Banco conta movimento		144	5
Aplicações financeiras de liquidez imediata		67	33
		<u>259</u>	<u>86</u>
<b><u>Investimento de curto prazo</u></b>			
Aplicações financeiras	93% do CDI	21.185	28.731
		<u>21.185</u>	<u>28.731</u>

A aplicação financeira de liquidez imediata refere-se a uma aplicação automática vinculada a conta corrente, onde a remuneração efetiva do CDB dependerá do prazo total pelo qual os recursos permanecem aplicados, considerando que a administração registra essas aplicações pelo percentual de rendimento mínimo, não ocorrendo portanto risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado.

## Notas Explicativas

As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários – CDB's, realizadas com instituições do mercado financeiro nacional, sendo remunerados pela variação de 93% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) em 31 de março de 2013 e 100,50% em 31 de dezembro de 2012.

A Companhia têm políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha.

### 6. Tributos e contribuições sociais

A Companhia efetuou retenções na fonte e efetuou as antecipações para posterior compensação de tributos e contribuições sociais. Os saldos destes tributos e contribuições sociais estão assim constituídos:

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
<b><u>Ativo circulante</u></b>		
<b>Tributos e contribuições sociais a compensar</b>		
IRRF	658	562
Pis/Cofins/Contr.Social (lei 10.833/2003)	100	102
INSS	135	110
ISS	86	86
ICMS a compensar	4	4
	<u>983</u>	<u>864</u>

#### **Passivo circulante**

<b>Tributos e contribuições sociais a recolher</b>		
IRRF	375	322
ISS	2.862	1.082
INSS	3.384	1.435
ICMS	1.357	-
Outros	15	208
	<u>7.993</u>	<u>3.047</u>

### 7. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia é tributada com base no lucro real e por estar em fase pré-operacional incorreu em prejuízo fiscal no período encerrado em 31 de março de 2013, e nos exercícios anteriores. Com base na expectativa de lucratividade futura, reconheceu o ativo fiscal diferido, conforme demonstrativo a seguir:

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
<b><u>Ativo não circulante</u></b>		
Imposto de renda diferido sobre prejuízo fiscal	365	324
Contribuição social diferido sobre prejuízo fiscal	154	137
	<u>519</u>	<u>461</u>

A recuperabilidade desses ativos está suportada por projeções aprovadas pela Administração quanto a evolução positiva dos resultados futuros da Companhia. Sendo assim a mesma prevê que a realização do IR/CSLL diferidos será integralmente no ano de 2015, ano em que o empreendimento entrará em plena operação.



## Notas Explicativas

### 8. Imobilizado

As adições ocorridas no ativo imobilizado no decorrer do primeiro trimestre de 2013 representam investimentos em materiais, equipamentos e serviços, destinados a construção e implantação da Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes, assim como os correspondentes encargos sobre empréstimos vinculados à construção. Os registros contábeis respeitam as instruções, conceitos e normas específicas vinculadas ao serviço outorgado de energia elétrica. O saldo de material em depósito refere-se a produtos e materiais diversos em estoque a serem alocados na obra. No período não houve nenhuma baixa de bem e/ou serviço do ativo imobilizado. O imobilizado está constituído da seguinte forma:

	Taxas anuais							
	de	Saldo em	Adições	Transferência	Baixas	Saldo em	Adições	Saldo em
	amortização	31/03/2013				31/12/2012		31/12/2011
<b>Imobilizado em curso</b>								
Terrenos		12.080	126	-	-	11.954	2.930	9.024
Reservatórios, barragens e adutoras		28.142	0	5.229	-	22.913	19.751	3.162
Edificações, Obras civis		267.490	22.214	35.235	-	210.041	169.561	40.480
Máquinas e equipamentos		33.327	987	10.035	-	22.305	22.040	265
Veículos		1.908	0	-	(33)	1.941	414	1.527
Móveis e utensílios		2.310	577	-	-	1.733	636	1.097
A ratear (1)		211.757	36.508	16.511	-	158.738	90.859	67.879
Juros capitalizados		49.581	13.115	-	-	36.466	31.521	4.945
Programas socioambientais		43.618	1.348	-	-	42.270	35.923	6.347
Material em depósito		23.804	14.195	-	-	9.609	4.007	5.602
Adiantamento a fornecedor		119.866	42.068	(67.010)	-	144.808	21.949	122.859
Depósitos Judiciais		370	5	-	-	365	24	341
Estudos e projetos (2)		43.690	3.107	-	-	40.583	14.498	26.085
<b>Total do imobilizado em curso</b>		<b>837.943</b>	<b>134.250</b>	<b>-</b>	<b>(33)</b>	<b>703.726</b>	<b>414.113</b>	<b>289.613</b>
<b>Imobilizado em serviço</b>								
Benefitorias em bens de terceiros		315	-	-	-	315	4	311
<b>Total do imobilizado em serviço</b>		<b>315</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>315</b>	<b>4</b>	<b>311</b>
<b>Total do imobilizado em serviço e curso</b>		<b>838.258</b>	<b>134.250</b>	<b>-</b>	<b>(33)</b>	<b>704.041</b>	<b>414.117</b>	<b>289.924</b>
<b>(-) Depreciação acumulada</b>								
Benefitorias em bens de terceiros	36%	(264)	(30)	-	-	(234)	(119)	(115)
<b>Total da depreciação acumulada</b>		<b>(264)</b>	<b>(30)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(234)</b>	<b>(119)</b>	<b>(115)</b>
<b>Total</b>		<b>837.994</b>	<b>134.220</b>	<b>-</b>	<b>(33)</b>	<b>703.807</b>	<b>413.998</b>	<b>289.809</b>

- (1) Imobilizado em curso – a ratear: são registrados os custos realizados em benefício da obra, como um todo, que não sejam passíveis de alocação direta ao custo do respectivo bem e direito. Estes gastos, ao final da construção, serão rateados e alocados ao custo dos bens beneficiados, segundo critérios e procedimentos definidos pela Companhia, sendo evidenciados e mantidos à disposição da ANEEL para eventuais fiscalizações.
- (2) Estudos e projetos – Referem-se substancialmente, aos investimentos iniciais com estudos e projetos de viabilidade de UHE Ferreira Gomes. Atualmente, existem diversos estudos sendo realizados de levantamento topográficos, geodésicos, executivos, hidráulicos dentre outros que tem o objetivo de implantação o empreendimento

Conforme descrito na nota explicativa nº 1, a construção da Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes está sendo financiada por capital dos acionistas, empréstimos, financiamentos e emissão de debêntures. O total de despesas financeiras capitalizadas até 31 de março de 2013 é de R\$ 49.581 (R\$ 36.466 em dezembro de 2012), líquido das receitas geradas pelas aplicações financeiras que excedem o caixa, pois são decorrentes de financiamentos utilizado exclusivamente para aquisição de imobilizado em formação.

Em 31 de março de 2013 e dezembro de 2012, não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de redução do valor do ativo imobilizado.

### 9. Intangível

O intangível está constituído da seguinte forma:

## Notas Explicativas

	<u>31/03/2013</u>	<u>Adições</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>Adições</u>	<u>31/12/2011</u>
Licença de uso de software	486	5	481	139	342
Uso do bem público	<u>8.701</u>	<u>203</u>	<u>8.498</u>	<u>1.128</u>	<u>7.370</u>
<b>Total</b>	<b><u>9.187</u></b>	<b><u>208</u></b>	<b><u>8.979</u></b>	<b><u>1.267</u></b>	<b><u>7.712</u></b>

Uso do bem público - Como pagamento pelo Uso do Bem Público a Companhia recolherá à União parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual de R\$ 927. O início da amortização e a primeira parcela serão pagas a partir da operação comercial da primeira Unidade Geradora da UHE, atestada pela Fiscalização da ANEEL, ou a partir do início da entrega da energia objeto de CCEAR (Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado), o que ocorrer primeiro, até o 35º ano da Concessão. O pagamento será atualizado anualmente ou com a periodicidade que a lei permitir, utilizando o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

A obrigação foi registrada no passivo não circulante em contra partida ao intangível a valor presente depois que a Companhia obteve a Licença de Instalação do Empreendimento. Os encargos sobre o correspondente passivo, estão sendo capitalizados ao ativo em construção. A amortização do intangível iniciará quando a Companhia entrar em atividade operacional e será calculada de forma linear conforme o prazo da concessão.

## 10. Partes relacionadas

### 10.1 Transações com partes relacionadas

Os contratos celebrados ou que possam vir a celebrar, com partes relacionadas, necessariamente são atendidos os preços e condições usuais de mercado, bem como será avaliada a necessidade de pedido de anuência prévia à ANEEL, nos termos da Resolução Normativa nº 334, de 21 de outubro de 2008.

Todas as transações entre partes relacionadas foram registradas nas condições usuais de mercado e pode ser assim demonstradas:

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
<b><u>Ativo não circulante - Imobilizado em curso</u></b>		
Adiantamento a fornecedores - Alusa Engenharia S.A	-	<u>2.096</u>
	<u>-</u>	<u>2.096</u>
<b><u>Passivo não circulante</u></b>		
Reembolso de despesas de implantação - Alupar Investimentos S.A	3.379	3.379
Adiantamento para futuro aumento de capital - Alupar Investimentos	<u>83.000</u>	<u>16.000</u>
	<u>86.379</u>	<u>19.379</u>

Para desenvolver o projeto inicial da Companhia a acionista Alupar Investimentos S.A incorreu em custos com contratação de serviços, viagens e outros, inerentes ao processo. Após a autorização/concessão das licenças para instalação dos projetos desenvolvidos, estes custos foram alocados no passivo não circulante da Ferreira Gomes Energia que reembolsará todos os gastos incorridos a Controladora.

A Companhia celebrou contrato com a parte relacionada Alusa Engenharia. S.A no valor de R\$ 279.875 destes R\$ 208.391 já haviam sido executados em 31 de março de 2013. Em 31 de dezembro de 2012 os montantes eram de R\$ 162.875 e R\$ 156.154.

### 10.2 Garantias

## Notas Explicativas

As transações de garantias estão abaixo relacionadas:

Data da Autorização	Órgão Autorizador	Empresa Garantida	Empresa Garantidora	Contrato	Garantia	Valor do Contrato	Início do Contrato	Encerramento do Contrato	Saldo devedor do contrato em 31/03/2013
		Ferreira Gomes	Alupar						
13/06/11	Conselho de Administração	Ferreira Gomes	Alupar	Financiamento - BNDES - contrato 12.2.1390.1	Prestação de Garantias (Fiança Ordinária)	470.610	28/12/12	15/04/13	-
13/06/11	Conselho de Administração	Ferreira Gomes	Alupar	Contrato de Fornecimento, Supervisão de Montagem e Supervisão de Comissionamento com a Voith CPS FQ0115-11	Prestação de Garantias (Fiança)	161.000	05/05/11	01/04/13	110.061
18/04/12	Conselho de Administração	Ferreira Gomes	Alupar	Debêntures - 1ª emissão	Prestação de Garantias (Fiança)	150.000	28/11/11	28/05/13	169.628
26/08/11	Conselho de Administração	Ferreira Gomes	Alupar	Debêntures - 2ª emissão	Prestação de Garantias (Aval)	200.000	30/05/12	30/05/14	221.253
	não temata devido ao valor	Ferreira Gomes	Alupar	Contrato de Prestação de Fiança (BNDES) - contrato 100412100142000	Prestação de Fiança	121.724	19/10/12	17/06/13	125.435
		Ferreira Gomes	Alupar	CCB - Banco Itau	Prestação de Aval	40.000	22/03/13	21/05/13	40.064

### 10.3 Remuneração da alta administração

De acordo com a orientação contida na Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, a Companhia deve divulgar a remuneração de sua alta administração.

De acordo com o nosso Estatuto Social, é de responsabilidade da Assembleia Geral de Acionistas definir a remuneração global dos membros do Conselho de Administração bem como sua distribuição.

A política de remuneração da Companhia aplicável aos Administradores é dividida em uma remuneração fixa e, exclusivamente para os membros da Diretoria, uma parcela variável baseada no desempenho e alcance de metas.

Nos períodos em 31 de março de 2013 e 2012, a remuneração foi conforme segue:

	31/03/2013	31/03/2012
Benefícios de curto prazo (a)	430	302
Benefícios pós-emprego (b)	6	-
Outros benefícios de longo prazo (c)	235	43
Remuneração do conselho	-	32
<b>Total</b>	<b>671</b>	<b>377</b>

a) Compostos por ordenados, salários e benefícios não monetários (tais como assistência médica, moradia, automóveis e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados);

b) Compostos por pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego;

c) Compostos por licença remunerada, gratificação por tempo de serviço, participação nos lucros, gratificações e outras compensações diferidas;

## 11. Empréstimos, financiamentos e debêntures

a) Os saldos de empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas correspondem aos recursos captados pela Companhia e estão assim distribuídos:

	31/03/2013			31/12/2012		
	Principal	Encargos de dívidas	Total	Principal	Encargos de dívidas	Total
<b>Moeda nacional - circulante</b>						
Banco Sumitomo	-	-	-	29.400	366	29.766
Banco Itaú BBA	40.000	64	40.064	-	-	-
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	121.724	3.711	125.435	110.680	1.554	112.234
1ª emissão de Debêntures	150.000	19.628	169.628	150.000	16.482	166.482
(-) Custo de captação - a amortizar	(1.108)	-	(1.108)	(1.005)	-	(1.005)
<b>Total</b>	<b>310.616</b>	<b>23.403</b>	<b>334.019</b>	<b>289.075</b>	<b>18.402</b>	<b>307.477</b>
<b>Moeda nacional - não circulante</b>						
2ª emissão de Debêntures	200.000	21.254	221.254	200.000	13.538	213.538
(-) Custo de captação - a amortizar	(170)	-	(170)	(848)	-	(848)
<b>Total</b>	<b>199.830</b>	<b>21.254</b>	<b>221.084</b>	<b>199.152</b>	<b>13.538</b>	<b>212.690</b>

Os empréstimos e financiamentos estão atualizados pelos juros e encargos financeiros, determinados em cada contrato, incorridos até a data das informações trimestrais.

No dia 22 de março de 2013 a Companhia captou junto ao Banco Itaú BBA a quantia de R\$ 40.000 corrigido pelo CDI + 1,33%, com vencimento para 21 de maio de 2013.

## Notas Explicativas

O empréstimo do Banco Sumitomo foi aderido no dia 15 de julho de 2011 com encargo de 115,50% do CDI e vencimento em 03 de fevereiro de 2012, no dia 31 de outubro de 2012 foi assinado o último aditamento do contrato nº 06 prorrogando o vencimento e taxa de juros do contrato que está sujeito ao encargo de 118% do CDI e foi quitado no dia 01 de fevereiro de 2013.

Em novembro de 2011 foi efetuada a emissão de R\$ 150.000 em debêntures simples não conversíveis em ações da Emissora com valor nominal unitário de R\$ 1.000 no mercado local. A remuneração das debêntures contemplará juros remuneratórios de 115% de variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia. As mesmas terão vencimento no dia 28 de maio de 2013 e estão classificadas no passivo não circulante. Conforme o CPC 08 os custos da emissão estão sendo capitalizados em função da fluência do prazo contratual amortizados usando o método dos custos efetivos a uma taxa 12,6%.

Em 26 de setembro de 2012, a Companhia celebrou o contrato nº 12.2.0908.1, no montante de R\$ 121.724 no entanto destes apenas R\$ 110.680 foram liberados no dia 26 de outubro de 2012, com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES corrigidos à - taxa de juros de longo prazo - TJLP + de 2,4% ao a.a com vencimento em 15 de abril de 2013. Em 29 de janeiro de 2013 houve liberação da parcela remanescente no montante de R\$ 11.044 do contrato de financiamento, celebrado no dia 26 de setembro de 2012, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES no montante de R\$ 121.724, cuja liberação do montante de R\$ 110.680 já havia ocorrido em outubro de 2012.

Foi dado como garantia ao BNDES carta de fiança emitido pela instituição financeira Itaú BBA. Os custos da emissão estão sendo capitalizados em função da fluência do prazo contratual amortizados usando o método dos custos efetivos a uma taxa 14,40%. No dia 30 de maio de 2012, a Companhia realizou a segunda emissão de debêntures.

Foram emitidas 20.000 debêntures simples não conversíveis em ações com valor unitário de R\$ 10, totalizando R\$ 200.000 (duzentos milhões de reais), os recursos das debêntures foram transferidos para a Companhia no dia 18 de julho de 2012.

A remuneração das debêntures contemplará juros correspondentes ao IPCA + 5,95% ao ano, incidentes sobre o valor unitário atualizado, base 252 dias úteis, calculado na forma prevista na escritura. As mesmas terão vencimento no dia 30 de maio de 2014. Os custos da emissão estão sendo capitalizados em função da fluência do prazo contratual amortizados usando o método dos custos efetivos a uma taxa 12,60%.

As debêntures possuem cláusulas restritivas (“covenants”) a serem apuradas com base nas informações financeiras da Fiadora (Alupar Investimento S.A.) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas à atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. A fiadora da Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado para cumprimento dos índices (covenants) previstos no contrato. Em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de março de 2013, estes índices estavam dentro dos limites estabelecidos em contrato.

b) A movimentação de empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas é composto da seguinte forma:

## Notas Explicativas

	Saldo final 31/03/2013	Ingresso de dívidas	Atualização monetária e juros	Amortização	Saldo final 31/12/2012
<b>Moeda nacional</b>					
Banco Sumitomo	-	-	216	(29.982)	29.766
Banco Itaú BBA	40.064	40.000	64	-	-
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	125.435	11.044	2.157	-	112.234
1º emissão de Debêntures	169.628	-	3.146	-	166.482
2º emissão de Debêntures	221.254	-	7.716	-	213.538
(-) Custo de captação - a amortizar	(1.278)	(341)	-	916	(1.853)
<b>Total</b>	<b>555.103</b>	<b>50.703</b>	<b>13.299</b>	<b>(29.066)</b>	<b>520.167</b>

	Saldo final 31/12/2012	Ingresso de dívidas	Atualização monetária e juros	Amortização	Saldo inicial 31/12/2011
<b>Moeda nacional</b>					
Banco Sumitomo	29.766	-	2.805	(2.709)	29.670
Banco Santander	-	15.000	2.662	(57.762)	40.100
Banco BTG Pactual	-	55.000	605	(55.605)	-
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	112.234	110.680	1.554	-	-
1º emissão de Debêntures	166.482	-	14.697	-	151.785
2º emissão de Debêntures	213.538	200.000	13.538	-	-
(-) Custo de captação - a amortizar	(1.853)	(2.148)	-	1.293	(998)
<b>Total</b>	<b>520.167</b>	<b>378.532</b>	<b>35.861</b>	<b>(114.783)</b>	<b>220.557</b>

## 12. Provisão para gastos ambientais

	31/03/2013	31/12/2012
Passivo circulante	20.027	22.222
Passivo não circulante	6.775	4.245
<b>Total</b>	<b>26.802</b>	<b>26.467</b>

A Companhia realiza investimentos em unidades de conservação, de modo a compensar o impacto ambiental causado por suas atividades de implantação e construção da UHE e também realiza programas sociais no intuito de auxiliar no desenvolvimento da comunidade. Assim a Companhia reconheceu contabilmente uma provisão para gastos ambientais, advinda de obrigações presentes legais, resultante de eventos passados e de prováveis realizações. O montante reconhecido foi estimado de forma confiável e é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço e foram suportados pelo orçamento gerenciado da área ambiental da Companhia. A contrapartida pela constituição dessas provisões, foram registradas na rubrica ativo imobilizado em curso.

## 13. Patrimônio líquido

Em 18 de fevereiro de 2013 a Companhia aumentou seu capital social em R\$ 13.000, através da emissão de 13.000.000 novas ações ordinárias sem valor nominal. Em 31 de março de 2013, o capital social subscrito e integralizado era de R\$ 166.081, (R\$ 153.081 em 31 de dezembro de 2012), representando por 166.081.529 ações ordinárias nominativas sem valor nominal (153.081.529 ação em 31 de dezembro de 2012). O capital social autorizado da Companhia em 31 de março de 2013 era de R\$ 360.000 até o limite de 360.000.000 ações ordinárias.

A composição acionária da Companhia em 31 de março de 2013 e dezembro de 2012 é a seguinte:

## Notas Explicativas

	<u>Quantidades de ações integralizadas</u>	
	<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Alupar Investimento S.A.	166.081.528	153.081.528
Membros do conselho de administração	<u>1</u>	<u>1</u>
	<u><b>166.081.529</b></u>	<u><b>153.081.529</b></u>

O Estatuto da Companhia prevê a distribuição de dividendos para os acionistas, sobre o lucro líquido ajustado, sendo o dividendo obrigatório não inferior a 25% e distribuídos proporcionalmente ao capital integralizado. O pagamento de juros a título de remuneração do capital próprio poderá ser deduzido do montante de dividendo a pagar.

### 14. Resultado por ação

O cálculo do prejuízo líquido por ação para os períodos findos em 31 de março de 2013 e 2012, está abaixo demonstrado:

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/03/2012</u>
<b>Numerador</b>		
Prejuízo líquido do exercício	(132)	(151)
<b>Denominador</b>		
Média ponderada do número de ações ordinárias	<u>164.370.942</u>	<u>118.080.530</u>
<b>Prejuízo básico e diluído por ação ordinária</b>	<u><b>(0,001)</b></u>	<u><b>(0,001)</b></u>

### 15. Provisão para litígios

O cálculo dos valores a serem provisionados é feito com base nos valores efetivamente envolvidos e no parecer dos advogados externos e internos responsáveis pela condução dos processos e no julgamento de nossa administração, sendo que são provisionados os valores relativos aos processos que entendemos ser de perda provável.

A administração da Companhia leva em consideração para explanação pormenorizada em Nota Explicativa, as demandas jurídicas cujo valor da causa supere o valor atualizado de R\$ 1.000 e/ou sejam significantes para o negócio da Companhia, tais como ações civis públicas, independentemente do valor envolvido. Não constam das notas explicativas as demandas jurídicas cuja probabilidade de perda seja remota.

**(A) PERDA PROVÁVEL:** a Companhia e/ou suas controladas figuram como parte das respectivas demandas abaixo indicadas, com provável chance de perda:

**(i) Demandas de Natureza Fiscal:** Referem-se a impugnações de cobranças e autos de infração de tributos e contribuições. Os processos de natureza fiscal são pulverizados, e não existem demandas judiciais ou administrativas dessa natureza com risco provável de perda que, individualmente e, na avaliação de nossa administração, sejam consideradas relevantes para os negócios.

**(ii) Demandas de Natureza Cível:** Referem-se às ações de natureza cível, ambiental, comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e jurídicas, de direito público ou privado, tais como ações de interdito proibitório, ações civis públicas e ações de cobrança, e não existem demandas judiciais ou administrativas dessa natureza com risco provável de perda que, individualmente e, na avaliação de nossa administração, sejam consideradas relevantes para os negócios.

## Notas Explicativas

**(iii) Demandas de Natureza Trabalhista:** Referem-se de maneira geral sobre questões advindas de relações de trabalho, incluindo pagamento de horas extras, verbas rescisórias, adicional de periculosidade, insalubridade, reajuste salarial e cobrança de parcelas indenizatórias movidas por nossos ex-empregados e ex-empregados das empresas subcontratadas pelas quais somos responsáveis subsidiariamente e/ou solidariamente. Não existem demandas judiciais ou administrativas com risco provável de perda que, individualmente e, na avaliação da nossa administração, sejam considerados relevantes para nossos negócios.

**(iv) Demandas Arbitrais:** Referem-se a demandas jurídicas em geral decorrentes de acordos firmados com cláusula arbitral. Não existem procedimentos arbitrais com risco provável de perda que, individualmente e, na avaliação de nossa administração, sejam consideradas relevantes para os negócios.

**(v) Demandas Ambientais:** Não existem demandas judiciais ou administrativas dessa natureza com risco provável de perda que, individualmente e, na avaliação de nossa administração, sejam consideradas relevantes para os negócios.

**(B) PERDA POSSÍVEL:** Embora tais processos não sejam provisionados pela Companhia e/ou suas controladas, merecem destaques as seguintes demandas, com chance possível de perda:

**(i) Demandas Fiscais:** Não existem demandas judiciais ou administrativas dessa natureza com risco possível de perda que, individualmente e, na avaliação de nossa administração, sejam consideradas relevantes para os negócios.

**(ii) Demandas Cíveis:**

- Ação Civil Pública nº 99563820104013100 proposta pelo Ministério Público Federal e pelo Ministério Público Estadual do Amapá, em face da Companhia, da controladora Alupar Investimento S.A., da Aneel, do Diretor-Presidente do IMAP (Instituto de Meio Ambiente e Ordenamento Territorial do Amapá) e da SEMA/AP - Secretaria do Estado do Meio Ambiente do Estado do Amapá. Trata-se de uma ação de obrigação de fazer e de não fazer para prevenção de danos ambientais envolvendo o licenciamento ambiental. Proferida decisão mantendo a suspensão do processo. Em 08/10/2012 foi apresentada manifestação dos cidadãos e cidadãs do Estado do Amapá. O valor atualizado aproximado é de R\$ 1.412;
- Ação de Execução nº 01687157920128260100 proposta pela empresa Sulconsult Consultoria e Engenharia Ltda., referente a contrato de prestação de serviços, o qual foi rescindido pois a contratada não cumpriu todos os itens previstos em contrato. A Companhia Opôs Embargos a Execução, garantindo o juízo através de seguro garantia, tendo como valor atualizado aproximado de R\$ 1414.
- Ação de Execução nº 0168714-94.2012.8.26.0100 proposta pela empresa Sulconsult Consultoria e Engenharia Ltda., referente a contrato de execução de serviços de certificação de projetos de engenharia e apoio na gestão do empreendimento hidroeletrico, o qual foi rescindido pois a contratada não cumpriu todos os itens previstos em contrato. A Companhia Opôs Embargos a Execução, garantindo o juízo através de seguro garantia, tendo como valor atualizado aproximado de R\$ 1300.

**(iii) Demandas Trabalhistas:** Não existem demandas judiciais ou administrativas de natureza trabalhista com risco possível de perda que, individualmente e, na avaliação de nossa administração, sejam considerados relevantes para nossos negócios.

**(iv) Demandas Arbitrais:** Não existem demandas judiciais ou administrativas de natureza trabalhista com risco possível de perda que, individualmente e, na avaliação de nossa administração, sejam considerados relevantes para nossos negócios.

## Notas Explicativas

**(v) Demandas Ambientais:** Existe uma ação civil pública de natureza ambiental, na qual a Companhia figura na qualidade de réu (litisconsorte), com risco possível de perda, que se encontram mencionadas no item “B”, parte “ii”.

## 16. Instrumentos financeiros

### 16.1. Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. A Companhia limita os seus riscos de crédito através da aplicação de seus recursos em instituições financeiras de primeira linha.

### 16.2. Valor justo

Encontra-se a seguir um sumário, por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações contábeis intermediárias.

	31/03/2013		31/12/2012		Critério de avaliação	Classificação
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
<b>Ativo</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	259	259	86	86	Valor justo	Disponíveis para venda
Investimentos de curto prazo	21.185	21.185	28.731	28.731	Valor justo	Disponíveis para venda
	<u>21.444</u>	<u>21.444</u>	<u>28.817</u>	<u>28.817</u>		
<b>Passivo</b>						
Fornecedores	22.718	22.718	11.856	11.856	Custo capitalizado	Empréstimos e recebíveis
Empréstimos, financiamentos e debêntures	555.103	555.103	520.167	520.167	Custo capitalizado	Empréstimos e recebíveis
	<u>577.821</u>	<u>577.821</u>	<u>532.023</u>	<u>532.023</u>		

As

metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo foram as seguintes:

Caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil.

Empréstimos financiamentos e encargos de dívidas (líquidos dos custos a amortizar):

(i) BNDES: em decorrência desse contrato ser de curto prazo, portanto não contemplado sob o escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas

diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, pelo fato do Brasil não ter um mercado consolidado para esse tipo de dívida de longo prazo, ficando a oferta de crédito restrita a apenas um ente governamental. Diante do exposto acima, a Companhia utilizou o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas.

(ii) Banco Itaú BBA: Como os valores a pagar foram reajustados pelo CDI (Certificados de Depósito Interbancário), o valor justo dessa dívida é o próprio valor contábil, uma vez que estão refletidas as taxas de mercado para este instrumento financeiro;

As debêntures da Companhia não estão precificadas no mercado ativo. A Companhia com base em debêntures com características similares no mercado, realizou o cálculo do valor justo e não identificou diferenças relevantes.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros para o período findo em 31 de março de 2013.

### 16.3 Hierarquia do valor justo



## Notas Explicativas

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação.

Nível I – preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível II– outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e

Nível III– técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

	<b>Mensuração do valor justo</b>	
	<b>Nível I</b>	
	<b>31/03/2013</b>	<b>31/12/2012</b>
<b>Ativo</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	259	86
Investimentos de curto prazo	<u>21.185</u>	<u>28.731</u>
	<u>21.444</u>	<u>28.817</u>

No período findo em 31 de março de 2013, não houve transferência entre avaliações de valor justo nível I e nível II, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível III e nível II.

### 16.4. Informações sobre liquidez

A Companhia tem como política a eliminação dos riscos de mercado, evitando assumir posições expostas a flutuações de valores de mercado e operando apenas instrumentos que permitam controles de riscos. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

As políticas de administração de risco da Companhia foram estabelecidas a fim de identificar e analisar riscos enfrentados pela Companhia, e para estabelecer apropriados limites de riscos e monitorar controles e aderência aos limites. As políticas são revisadas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

### 16.5 Informações qualitativas e quantitativas sobre instrumentos financeiros

#### Análise de sensibilidade dos investimentos de curto prazo

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nos investimentos de curto prazo ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de março de 2013, foram definidos 5 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 28 de março de 2013, foi extraída a projeção dos indexadores SELIC/CDI e assim definindo-os como o cenário provável, a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 31 de março 2013 projetando para um ano e verificando a sensibilidade do CDI em cada cenário.

## Notas Explicativas

		31/03/2013				
Aplicações financeiras (equivalentes de caixa)		67				
Aplicações financeiras (investimentos de curto prazo)		21.185				
	Indexador	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
		3,92%	5,87%	7,83%	9,79%	11,75%
<b>Operação</b>						
Aplicações financeiras (caixa e equivalentes)	CDI	2,63	3,93	5,25	6,56	7,87
Aplicações financeiras (investimentos de curto prazo)	CDI	830,45	1.243,56	1.658,79	2.074,01	2.489,24

### Análise de sensibilidade das dívidas

Com base no relatório FOCUS de 28 de março de 2013, foi extraída a projeção dos indexadores CDI / IGP-DI / IGP-M / DOLAR e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%. Para verificar a sensibilidade dos indexadores nas dívidas foram definidos 05 cenários diferentes.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada foi 31 de março de 2013, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

				Projeção Despesas Financeiras - Um Ano				
		Taxa de juros a.a.	Posição em 31/03/2013 (*)	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Banco Itau BBA 1º emissão de debêntures	CDI +	1,33%	40.000	3,92%	5,87%	7,83%	9,79%	11,75%
	CDI +	115%	150.000	37.015	38.177	39.339	40.500	41.662
2º emissão de debêntures	IPCA +	5,95%	200.000	184.191	190.036	195.881	201.727	207.572
				2,74%	4,10%	5,47%	6,84%	8,21%
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	TJLP +	2,40%	121.724	19.581	23.422	27.263	31.103	34.944
				2,75%	4,13%	5,50%	6,88%	8,25%
				6.765	8.819	10.873	12.927	14.982

(\*) refere-se ao principal das dívidas, sem considerar encargos e custos de captação.

### 16.6 Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

A Companhia possui os seguintes riscos associados aos seus negócios:

#### Risco de crédito

Este risco é mitigado pela utilização de aplicações financeiras conservadoras e de liquidez imediata, evitando sempre que possível a concentração em uma única instituição financeira.

#### Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre os seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

#### Risco de regulação

## Notas Explicativas

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

### Risco de taxas de câmbio

A Companhia não tem operações em moeda estrangeira.

### Risco de liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de curto prazo e para seu programa de aquisições e investimentos.

Tão importante quanto a qualidade da geração de caixa operacional do negócio é a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Nossa política de gerenciamento de riscos é aprovada pelo nosso conselho de administração, que têm sob sua responsabilidade a definição da estratégia na gestão desses riscos, determinando os limites financeiros e de exposição.

Adicionalmente, nossa gestão de riscos tem como princípio afastar eventuais riscos financeiros que possam ser adicionados aos nossos negócios. Em relação ao caixa, nossas aplicações financeiras são geridas conservadoramente, com foco na disponibilidade de recursos para fazer frente às nossas necessidades. Buscamos melhores rentabilidades sempre levando em consideração os limites de risco, liquidez e concentração das aplicações e acompanhamos regularmente as taxas contratadas comparando-as com as vigentes no mercado.

A Companhia administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente e de forma conservadora o seu fluxo de caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente.

É importante ressaltar que a dívida da Companhia de longo prazo é referente a 2º emissão de debêntures e corresponde a 40% da sua dívida total, e será amortizada integralmente em 2014.

### Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

A Companhia está com as obras em andamento e a estrutura de capital foi aquela determinada pelos estudos para a definição do negócio, bem como pelos limites de financiamentos estabelecidos pelos agentes financeiros.

## 17. Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vale refeição, plano de previdência privada e educação continuada.

## 18. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

## Notas Explicativas

<u>Risco/Objeto</u>	<u>Importância Segurada</u>	<u>Prêmio</u>
Seguro para garantir a Aneel as obrigações assumidas no Contrato de Concessão nº 02/2010 - MME -UHE	40.535	952
Seguro garantia processo judicial	1.824	50
Riscos de engenharia	907.000	3.900
Riscos de responsabilidade de civil geral	80.000	330
<b>Total</b>	<b>1.029.359</b>	<b>5.232</b>

## 19. Informações por segmento

A Companhia é administrada com uma única operação, ou seja que gera um único fluxo de caixa independente. Sendo assim, a Administração da Companhia não utiliza informações por segmento para analisar seu desempenho operacional e financeiro. Dessa forma, a demonstração de resultado reflete as informações que a Administração da Companhia utiliza para acompanhar o seu desempenho operacional e financeiro.

## 20. Compromissos

Até 31 de março de 2013 a Companhia havia contratado o montante de R\$ 772.820 junto a fornecedores de materiais e serviços para construção e implantação da UHE, deste montante R\$ 565.305 já foram desembolsados sendo o restante executado conforme cronograma do empreendimento. Em 31 de dezembro de 2012 os montantes eram de R\$ 631.534 e R\$ 472.505 respectivamente.

## 21. Eventos subsequentes

A Companhia celebrou junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES contrato de financiamento de abertura de crédito número 12.2.1390-1, no montante de R\$ 470.610, no dia 15 de abril de 2013 houve a liberação parcial de R\$ 336.000 o restante será liberado futuramente. O contrato de longo prazo, tem encargos que podem ser sumarizados da seguinte forma: 2,34% ao ano + TJLP (referente aos subcréditos A, B e C); 2,50% ao ano + TJLP (referente ao subcrédito D); TJLP (referente ao subcrédito E), com vencimentos em 15 de abril de 2031 (referente aos subcréditos A, B, C e E) e em 15 de dezembro de 2022 para o subcrédito D.

- Garantias ofertadas pela Ferreira Gomes:

Cessão fiduciária da totalidade dos direitos creditórios emergentes do Contrato de Concessão, compreendendo mas não se limitando a:

- O direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, sejam ou venham a se tornar exigíveis e pendentes de pagamento pelo Poder Concedente à FGE, incluindo o direito de receber todas as indenizações pela extinção da concessão;
- Os direitos creditórios da FGE provenientes dos Contratos de Compra e Venda de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), dos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica (CCVE) a serem celebrados no ambiente de contratação livre (ACL) e de quaisquer outros contratos supervenientes da comercialização de energia elétrica firmados pela FGE, inclusive a totalidade da receita proveniente da venda de energia elétrica pela FGE;
- as garantias constantes do CCEARs, dos CCVEs e de quaisquer outros contratos supervenientes de comercialização de energia elétrica firmados pela FGE;
- Os direitos creditórios das seguintes contas: Contra Centralizadora, Conta Reserva do BNDES, Conta Reserva de O&M; Conta Seguradora;
- Todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, da FGE, que possam ser objeto de cessão fiduciária de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis, decorrentes do Contrato de Concessão ou decorrentes da venda de energia elétrica

- Garantias ofertadas pela Alupar:

## Notas Explicativas

Penhor da totalidade de ações de sua propriedade e de emissão da FGE.

Em abril de 2013 a Companhia quitou o corresponde ao principal e o montante de juros incorridos até as data abaixo descritas do empréstimo captado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, a 1º emissão de Debêntures e o empréstimo do Banco Itaú BBA. Em 16 de abril de 2013 a Companhia também quitou R\$ 53.000 do principal da 2º emissão de debêntures, mais os juros incorridos sobre este montante conforme abaixo.

	<u>Amortização do principal</u>	<u>Amortização de juros</u>	<u>Total</u>	<u>Data do pagamento</u>
BNDES	121.724	4.084	125.808	15/abr
1º emissão de debêntures	150.000	20.259	170.259	16/abr
2º emissão de debêntures	53.000	8.089	61.089	16/abr
Banco Itaú BBA	40.000	221	40.221	17/abr

Nos dias 15 de abril de 2013, 29 de abril de 2013, 02 de maio de 2013 e 07 de maio de 2013 a acionista Alupar Investimentos S.A adiantou a título de adiantamento para futuro aumento de capital os montantes de R\$ 65.000, e R\$ 30.000, R\$ 8.000 e R\$ 6.000 respectivamente.

\*\*\*

Contadora  
Danielle Santos  
CRC 1SP278429/ P-6

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Acionistas e Diretores da  
Ferreira Gomes Energia S.A.  
São Paulo – SP

### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Ferreira Gomes Energia S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2013, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas. A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

### Outros assuntos

#### Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2013, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 14 de maio de 2013.

ERNST & YOUNG TERCO  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP015199/O-6

Luiz Carlos Passetti  
Contador  
CRC-1SP144343/O-3

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Contábeis Intermediárias

São Paulo, 15 de maio de 2013.

### **DECLARAÇÃO**

PARA FINS DO ARTIGO 25, §1º, VI DA INSTRUÇÃO CVM 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da Ferreira Gomes Energia S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF nº12.489.315.0001/23 (“Companhia”), nos termos do inciso VI, do parágrafo 1º do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações contábeis para o trimestre social encerrado em 31.03.2013.

---

José Luiz de Godoy Pereira  
Diretor Administrativo

---

Carlos Manuel da Silva Graça  
Diretor Técnico

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes**

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

São Paulo, 15 de maio de 2013.

### **DECLARAÇÃO**

PARA FINS DO ARTIGO 25, §1º, V DA INSTRUÇÃO CVM 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da Ferreira Gomes Energia S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF nº nº12.489.315.0001/23 (“Companhia”), nos termos do inciso V, do parágrafo 1º do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no Parecer dos Auditores Independentes para o trimestre social encerrado em 31.03.2013

---

José Luiz de Godoy Pereira  
Diretor Administrativo

---

Carlos Manuel da Silva Graça  
Diretor Técnico